

Memórias da guerrilha: a disputa de um valioso capital*

Marcelo Bittencourt**

I – INTRODUÇÃO

ESTE ARTIGO PRETENDE REALIZAR uma análise comparativa entre duas diferentes formas de relato da vivência na guerrilha angolana implementada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). O primeiro destes relatos é o livro autobiográfico de César Augusto “Kiluanji”, *Trajectoria da Vida de um Guerrilheiro*, referente ao período vivido pelo autor numa unidade guerrilheira do MPLA, publicado em 1990. Sua contrapartida, neste trabalho, consiste na entrevista realizada em Angola, no dia 13 de fevereiro de 1995, com o General Benigno Vieira Lopes, igualmente um antigo combatente do MPLA.

Os atores em questão nesse artigo têm em comum um extenso currículo a serviço das forças armadas do MPLA e o fato de terem ocupado importantes postos no Estado angolano independente. Apesar disso, a idéia de estabelecer tal comparação entre os relatos de César Augusto Kiluanji e Benigno Vieira Lopes surgiu por terem ambos participado da luta desenvolvida na 1ª Região Militar do MPLA. Cotejando as biografias, porém, tomei conhecimento de outros momentos de interseção em suas trajetórias pessoais, que serão elucidados com maiores detalhes ao longo do texto.

Elaborados sob formas e em momentos diferentes, o que torna o desafio ainda mais atraente, os relatos também tinham, evidentemente, expectativas diferenciadas. A opção pela publicação de um livro posiciona Kiluanji numa atitude de ataque na luta pela preservação de sua memória.

* Texto apresentado no V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, ocorrido na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, Moçambique, entre os dias 1 e 5 de setembro de 1998. Recebido para publicação em dezembro de 1998

** Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes e doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense.

Por outro lado, deve-se destacar, logo de início, que a entrevista de Benigno foi realizada visando a um outro objetivo que não a construção desse artigo. A idéia era obter informações sobre os momentos de dissidência no interior do MPLA, tema de minha pesquisa de doutoramento, ainda em curso. Portanto, não pretendia uma confrontação de versões, ou mesmo da memória a ser valorizada por cada um.

Definidas as peças, a idéia central será discutir, comparar e analisar a forma de encadeamento dos fatos, as lembranças privilegiadas e o entendimento do que ocorreu por parte dos dois atores, destacando, evidentemente, o fato dos relatos terem sido produzidos em momentos distintos, principalmente no tocante às alterações políticas ocorridas em Angola no início dos anos 90.

II – UMA CONTEXTUALIZAÇÃO NECESSÁRIA

A pouca divulgação do tema torna importante uma contextualização do cenário a que se referem os dois atores. Mesmo em seus relatos é possível constatar a ausência de tal preocupação. O público angolano, em princípio o alvo a ser alcançado pelo livro de Kiluanji, dispensaria algumas das considerações preliminares, enquanto, no tocante à entrevista com Benigno, a fórmula de direcionar o questionamento por vezes ocasionou algumas omissões.

A luta armada pela libertação de Angola do domínio colonial português, que absorve boa parte dos relatos em questão, inicia-se em 1961, sob a orientação de duas forças angolanas antagônicas, tanto do ponto de vista ideológico e, conseqüentemente, de apoio externo, quanto no que diz respeito aos embates militares diretos entre ambos.

A União das Populações de Angola (UPA) – que a partir de 1962 passou a chamar-se Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) – contava com o grande apoio do grupo etnolingüístico bakongo, situado ao norte do território angolano, fazendo fronteira com a hoje chamada República Democrática do Congo, o antigo Zaire. Mesmo com o apoio dos EUA e do próprio Zaire, que lhe fornecia uma base segura para a preparação de seus guerrilheiros e privilegiada no que diz respeito à localização para implementar ações militares contra o exército português, a FNLA não expandiu, de forma consistente, a luta contra as forças militares portuguesas para outras áreas do território angolano, o que fortaleceu ainda mais a referida vinculação étnica.

O MPLA, a outra força guerrilheira, na qual militaram os dois atores em questão, possuía uma composição bem mais heterogênea. Contava com o apoio de parte da população angolana residente em Luanda, a capital, em algumas localidades do interior próximo a Luanda e em outras cidades, principalmente as litorâneas.

O MPLA foi também a principal referência para os angolanos exilados na Europa ou cursando universidades em Portugal, em sua grande maioria influenciados por um discurso socializante. Dessa forma, tornou-se o movimento de maior amplitude nacional, no que diz respeito à origem social e étnica dos seus militantes, e também de maior diversidade racial. Seguindo a lógica da Guerra Fria, contava com o apoio do bloco soviético. Quanto à localização de suas bases de apoio, o MPLA enfrentou sérias dificuldades, na primeira fase da guerrilha, pela impossibilidade de obter acesso direto às fronteiras do território angolano. Sua retaguarda ficava no Congo.

A luta entre a FNLA e o MPLA, que ganhou grande destaque nos dois relatos, dizia respeito principalmente ao recrutamento da população angolana, feito em grande parte no Zaire, para onde fugiam os angolanos após o início da repressão portuguesa, e à definição de um território próprio, livre da intromissão do outro grupo, que servisse de base para o desenvolvimento da luta. Fica evidente a situação desfavorável enfrentada pelo MPLA que contava, para cativar os angolanos refugiados no Zaire, com a ação de alguns de seus militantes, não caracterizados enquanto tal, integrados a uma organização de auxílio humanitário.

Nessas condições, assiste-se à formação da 1ª Região Militar do MPLA no território situado entre Luanda e o norte do país, ou seja, entre a repressão portuguesa e os ataques da FNLA. Esse é o cenário do livro de Kiluanji, também privilegiado por Benigno no decorrer de sua entrevista.

Essa frente de batalha – a 1ª Região –, em virtude de um contexto muito próprio, assumiu grande destaque no cômputo geral da luta desenvolvida pelo MPLA contra o colonialismo português. Sendo o ponto de luta mais próximo à capital, conquistava a simpatia dos luandenses, inclusive porque muitos dos homens e mulheres que lá se encontravam eram seus familiares. Além disso, tal proximidade implicava uma amplificação de seus feitos que, em decorrência do bloqueio sofrido tanto por parte dos militares portugueses como dos guerrilheiros da FNLA, foram marcados por uma forte dose de heroísmo.

A guerrilha desenvolvida nessa região só foi municiada pela direção do MPLA em duas ocasiões, em 1966 e em 1967, por dois destacamentos – *Camillo Cienfuegos* e *Camí*, respectivamente –, o que não deve ser entendido como uma indiferença ou um esquecimento, pois ocorreram várias tentativas de contato com esses homens, frustradas pelas forças da FNLA. Diante de tal contexto, é perfeitamente imaginável a situação de carência generalizada que esses guerrilheiros tiveram que enfrentar e que assumiu grande destaque nas duas narrativas aqui apresentadas.

Várias foram as tentativas de acordo para que o MPLA e a FNLA negociassem uma saída não militarizada de tal disputa e, mais do que isso, empreendessem uma luta coordenada contra as tropas portuguesas. Diante do fracasso de tal alternativa, assistiu-se à intensificação da luta entre os dois grupamentos angolanos.

No entanto, com o 25 de Abril de 1974 em Portugal e a queda das últimas estruturas salazaristas, abriu-se um novo horizonte para a luta pela independência de Angola. Nesse momento já existia um terceiro movimento de libertação, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), criada em 1966, como resultado de uma dissidência no interior da FNLA. A UNITA, aos poucos, concentrou sua base de apoio nas populações do centro-sul de Angola.

A fórmula proposta por Portugal para dar encaminhamento ao processo de descolonização em Angola consistia na criação de um governo de transição composto pelos quatro elementos envolvidos (Governo Português, MPLA, FNLA e UNITA), até que fossem realizadas eleições. Após alguns meses, ficou clara a incapacidade de gerenciamento de tal governo, explodindo a guerra entre os movimentos.

Apoiado em suas alianças externas, em uma importante mobilização popular e no fato da luta decisiva ter sido travada em Luanda, o MPLA saiu vencedor do embate e proclamou a independência de Angola em 11 de novembro de 1975. Iniciou-se então uma nova luta em território angolano, desta vez entre o governo do MPLA e a UNITA, que após o enfraquecimento da FNLA, passou a ser apoiada pelos EUA e pela África do Sul. O MPLA, por sua vez, teve ao seu lado os militares cubanos, para além da manutenção do apoio soviético.

Essa guerra pós-independência dilacerou o país durante aproximadamente 16 anos, até que, em 1991, estabeleceu-se o acordo de paz entre o governo e a UNITA. Os principais pontos do acordo eram a retirada das tropas cubanas e sul-africanas do território angolano, o fim do monopartidarismo e a marcação de eleições presidenciais e legislativas para o ano seguinte. Realizadas as eleições em setembro de 1992, com a participação maciça do povo angolano e de um grande número de partidos, a UNITA não reconheceu o resultado eleitoral, apesar da ONU ter declarado que as eleições tinham sido livres e justas. Dessa forma, os combates recomeçaram até que, em 1994, um novo acordo foi assinado. Hoje vive-se a expectativa, cada vez mais remota, de que tal acordo seja cumprido.

Por último, deve-se destacar, visto que constitui um importante elemento para a compreensão do texto de Kiluanji, a dissidência capitaneada por Nito Alves, que a direção do MPLA teve que enfrentar em maio de 1977. Nito era um antigo quadro da 1ª Região – convivera, portanto, com nossos atores – que passou muito rapidamente a uma posição de destaque no interior do movimento. Tal fato deveu-se, entre outros motivos, ao seu posicionamento ao lado da direção do movimento, quando esta foi questionada internamente logo após o 25 de abril, e ao fato de ser oriundo da 1ª Região que, como afirmamos anteriormente, granjeava um carinho especial por parte da população luandense.

Após assumir cargos diretivos no MPLA e transformar-se em ministro do Interior e da Administração Interna, Nito Alves e seus aliados montaram uma rede

de contestação ao que chamavam de “desvios da direção”. Os militantes que apoiaram esse grupo foram inflamados por um discurso racial crítico às chamadas “vantagens” destinadas aos brancos e mestiços. Organizaram um golpe para derrubar o comando de Agostinho Neto, então presidente do MPLA e de Angola que, apesar de fracassado, deixou grandes seqüelas na sociedade angolana devido à violência empregada, não só pelos opositores, mas também pela direção do MPLA.

III – VISITANDO KILUANJI

José César Augusto “Kiluanji” nasceu em Nanbuangongo, província do Bengo, região próxima à capital, em 1941. Ingressou no MPLA em 1961, quando era enfermeiro, partindo em seguida para um estágio de guerrilha na Argélia. Em 1964 assumiu responsabilidades de comando na 2ª Região Militar, situada em Cabinda, um enclave angolano entre o Congo e o Zaire, onde permaneceu até 1965. No ano seguinte, rumou para a 1ª Região como chefe de reconhecimento, integrado ao destacamento *Camillo Cienfuegos*. Em 1968 foi eleito membro da Comissão Diretiva da 1ª Região e, em 1970, comandante da Região. Em 1974 ingressou no Comitê Central do MPLA.

Em 1977 assumiu a Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes. Em 1980 foi eleito deputado da Assembléia do Povo e, no ano seguinte, nomeado comissário provincial da Lunda Sul. Em 1983 embarcou para a URSS a fim de ocupar o cargo de embaixador, no qual permaneceu até 1989. Tudo indica que o livro foi redigido nesse período. Finalmente, em 1990, assumiu a Embaixada de Angola na Argélia.

De início, Kiluanji explicita como objetivo fundamental de sua autobiografia dar a conhecer aos “leitores e sobretudo à juventude” os acontecimentos históricos ocorridos durante a luta de libertação na 1ª Região Militar do MPLA. Pretende com isso “facultar aos caros leitores interessados na história particular daquela Região, se assim o entenderem, tirar partido para as suas obras futuras” (Kiluanji, 1990, p. 11).

O livro trata basicamente do período que viveu na 1ª Região, com uma pequena incursão pela sua curta experiência também na 2ª Região e pelo fato de ter sido preso pela UPA/FNLA, logo em 1961. Termina seu percurso com a independência. O cenário, portanto, é o interior de Angola, com suas carências acentuadas pelo fato de se tratar de uma guerrilha pouco ou nada assistida. Seus personagens são os guerrilheiros e a população da região, encurralada entre o apoio aos homens do movimento e as retaliações do exército português.

A narrativa nos faz retomar contato com um discurso leninista hoje desgastado no cenário político angolano, que no livro muitas provoca uma sensação de “descolamento” com relação ao cotidiano enfrentado pelos personagens, seja em relação ao próprio Kiluanji, seja, mais ainda, no que diz respeito aos camponeses.

Outra característica marcante em toda a obra, como não poderia deixar de ser, é o realce dado, em todos os confrontos narrados, ao heroísmo do personagem e de seus pares. Mesmo em situações não “armadas” (muito pelo contrário), como no caso da resistência às mulheres italianas, que acreditavam ser da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) – a polícia política portuguesa. Nesse encontro, ele e outros dois guerrilheiros optaram por resistir “ao acto sexual”, realizando assim “titânicos esforços” (Kiluanji, 1990, p. 23). Ou então durante a narração de sua retirada em uma emboscada, quando ainda sentia medo devido à ação anterior de que participara: “e eu era um desses que, compreendendo a necessidade histórica da luta do nosso povo, me redefini, e a partir daquele momento lutei ao lado dos mais valentes combatentes sem recuar, sem olhar a sacrifícios ou temer a morte” (idem, p. 29). Existem, porém, no decorrer do livro, situações dramáticas que se mostram mais de acordo com tal carga emocional, como no caso em que, atingido por uma rajada de metralhadora, passou aproximadamente um dia inteiro sendo transportado (idem, p. 50-1).

Em muitos desses momentos utiliza uma linguagem cinematográfica, que poderíamos caracterizar como detalhista no tocante ao cenário e aos posicionamentos em jogo. Tanto o espaço onde se passa a ação, como a fala e o sentimento dos atores envolvidos são apresentados de forma minuciosa. Isso ocorre principalmente na descrição de ações militares e de confrontações políticas internas ao movimento.

O texto também é fértil em contradições. Muitas vezes o evoluir da construção da narração pretendida pelo autor/narrador entra em choque com o relato do que foi vivido pelo personagem¹, como na seguinte explicação para as atividades do MPLA na 2ª Região:

“O desenvolvimento da guerrilha naquela parcela do território estava condicionado, por um lado, pela acção diplomática do Movimento (...) e, por outro, pelo apoio que receberia das massas populares daquela Região, até mesmo das massas nacionais como consequência da clarividente orientação política. Assim é que de uma forma quase surpreendente – embora elas já se esperassem – surgem grandes vitórias do MPLA (...)”.(idem, p. 26)

Adiante, temos a revelação do personagem sobre uma situação não tão gloriosa e bem mais próxima do que se conhece:

“No interior da Região as acções eram de pica-e-foge, com um número de guerrilheiros extremamente reduzido, visto a mobilização e recrutamento serem difíceis (...). Do grupo treinado na Argélia em 1963, em número de 52 camaradas, só 17 aproximadamente estavam dispostos a continuar (...) devido talvez às dificuldades que então o Movimento atravessava.” (idem, p. 27)

Outra característica é a não abertura de espaço para a ironia. Quando ela surge, inadvertidamente, está ligada a situações que retratam as limitações materiais da 1ª Região, como no seguinte relato: “o camarada que se tinha metido num canal abandonado pela UPA, (...) que depois de ter comido tanta cana deixa a sua arma, leva um pedaço de cana pensando que fosse a sua *SKS*” (aqui a grande ameaça é que por meio da arma fosse detectada a presença dos guerrilheiros do MPLA). Ou ainda quando afirma que a tranquilidade da população era resultado da presença de seu destacamento “fortemente armado, pelo menos do ponto de vista de disciplina na esfera militar, determinação e organização” (Kiluanji, 1990, p. 47).

Da mesma forma, Kiluanji não se detém sobre situações que não façam referência aos acontecimentos militares. É bem provável que o guerrilheiro e também o político Kiluanji não considere as relações familiares e o namoro, entre outras situações que certamente surgiram na guerrilha, como dignas de serem lembradas ao lado dos atos de heroísmo. Uma única menção ao namoro é feita, de forma nada honrosa, quando acusa alguns guerrilheiros de se aproveitarem de sua condição de chefia para obterem facilidades junto à população ou mesmo aos mais jovens no movimento: “No caso das moças, se aparece uma menina, mais ou menos bonita (e se lhe oferecem chupa-cocó – sandália utilizada pelos guerrilheiros –, fica ainda mais bonita), fazia-se dela amiga, quando não amante” (idem, p. 53). Também a dança, tão presente nas sociedades tradicionais do norte do país, com a qual os guerrilheiros tiveram que conviver e que certamente consistia em um fator de mobilização da população, aparece uma única vez, numa curta referência (idem, p. 111). Talvez o fato que mais salte aos olhos nesse aspecto seja a omissão em relação à presença das famílias nesses acampamentos. Nem mesmo a sua própria ganha espaço, aparecendo em uma única citação: “As rajadas quase à queima-roupa fazem-me sair da cabana em cambalhotas, empurrando a minha mulher com a minha filha de dois anos às costas, a minha Jordina” (idem, p. 119). O assunto não é retomado e no trecho seguinte o fato de ter perdido a pistola em tal ataque ganha mais alguns parágrafos.

Aqui se faz necessária a referência à questão colocada por Alessandro Portelli sobre o paradoxo com que se defronta o historiador ao analisar memórias e mesmo entrevistas. É que as fontes, sendo pessoas, não aceitam que sua vida seja resumida a um conjunto de fatos à espera da interpretação de outros. “Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é *interpretar*” (Portelli, 1996, p. 60). Sendo assim, não se pode de forma abusiva descartar a interpretação pessoal presente no relato, seja ele uma autobiografia ou uma entrevista. Pelo contrário, deve-se procurar uma apreciação desse material “mais subjetivo” e conseqüentemente um refinamento nos procedimentos que o tornem

mais compreensível. Não agindo dessa forma estaríamos abrindo mão de uma característica específica desse tipo de fonte.

Pois bem, tendo esse pressuposto em mente, salta aos olhos a transposição que Kiluanji opera em relação aos indivíduos que iriam apoiar a tentativa de golpe de Estado em 1977. Apesar desse fato ter ocorrido dois anos após o término do período que seu relato pretende descrever, sua presença é constante no decorrer do livro. Esforça-se para demonstrar que durante a guerrilha ele já sabia que tais indivíduos pretendiam dar um golpe, antes mesmo de qualquer ato de rebeldia, quando ainda lutavam ao seu lado. Em alguns trechos, ele aprofunda as críticas a esses indivíduos, sem contudo apresentar um histórico capaz de dar inteligibilidade ao que narra e critica. Certamente não há necessidade disso, pois seus leitores angolanos sabem muito bem o que aconteceu depois, em 1977, e do que *estes homens seriam capazes*. Daí a possibilidade de não aprofundar os objetivos desse grupo: “Sei que o objectivo não era senão a constituição de um grupo que ajudasse a consolidar a sua marcha rumo aos seus objectivos. Essa era a meta a atingir no plano imediato, por forma a tornar possível alcançarem os seus maléficis fins” (Kiluanji, 1990, p. 114). O texto transporta para a guerrilha argumentações ou acusações que só teriam sentido dois anos após a independência. Kiluanji parece pretender demonstrar que já lutava contra o nitismo (forma como ficou conhecido o movimento de apoio às orientações de Nito Alves) na guerrilha, antes mesmo de seu surgimento de maneira consolidada no pós-independência. E certamente espera um reconhecimento por tal comportamento.

Define seu trabalho, por diversas vezes, como um pequeno memorial que reúne aquilo de que conseguiu lembrar-se (idem, p. 22). Chega a afirmar:

“[que a] descrição dos fatos ficaria mais completa, se em relação àqueles momentos houvesse alguém disposto a dar a sua quota-parte, trazendo à tona aqueles repelentes acontecimentos. Os homens existem, há sobreviventes, e creio que para além desta modesta contribuição, que eu saiba, ninguém até ao momento se dedicou a descrever por escrito os acontecimentos ocorridos na Região. O que escreveu na revista *Novembro* não diz a verdade. Reconheço honestamente que o meu memorial não apresenta tudo, tem omissões felizmente involuntárias, mas faculta ao leitor uma grande quantidade de dados históricos” (idem, p. 108).

Essa parte mais reflexiva, citada acima, em que o autor-narrador Kiluanji assume preponderância em relação ao personagem Kiluanji, surge exatamente quando este último encontrava-se em sérias dificuldades. Todo o discurso de mobilização das populações camponesas valorizado pelo narrador havia entrado em choque com as inúmeras derrotas da guerrilha ocorridas em 1970. É exatamente isso que

aparece no referido artigo da revista *Novembro*, descartado pelo autor-narrador sem muita discussão. A possibilidade de outros combatentes elaborarem novas interpretações é muito pouco provável, visto que um dos mais conhecidos sobreviventes – e, não por coincidência, politicamente muito forte – publicou seu relato. Daí a importância de o cotejarmos com a entrevista do General Benigno.

Antes ainda de tal comparação, cabe destacar a idéia de pacto autobiográfico analisada por Verena Alberti (1991) e que possibilitou lançar olhares mais incisivos sobre o livro de Kiluanji.² O pacto, entendido como o fato do autor tornar explícito que a narrativa é uma autobiografia, foi estabelecido por Kiluanji logo de início e reforçado ao longo do texto. Isso implicou, conseqüentemente, na afirmação de identidade entre autor, narrador e personagem. Essa postura de sinceridade, que para Alberti é própria da autobiografia, possibilita também ao autor admitir falhas e esquecimentos, como ocorre com Kiluanji (Alberti, 1991, p. 76).

Todavia, se o pacto autobiográfico busca conferir identidade entre essas “três figuras”, isso não significa a ausência de diferenças, no nível do discurso, entre autor, narrador e personagem. O próprio pacto comporta, como acabamos de observar, a possibilidade de ocorrerem omissões e falhas de memória. Por outro lado, Alberti alerta para o fato de que a identidade assumida entre o autor e o narrador – já que o autor narra o que lhe aconteceu – não chega a se constituir entre o autor e o personagem. Nesse caso teríamos uma “relação de *semelhança*”, pois apesar de ser inseparável da pessoa que assina o livro e, portanto, daquele que narra, o personagem está afastado desse autor-narrador, o que se pode verificar na “distância temporal entre o presente da enunciação e o relato de acontecimentos passados” (idem, p. 76; grifo da autora). Mas também o narrador acaba por ser uma construção, dada a sua incapacidade em “ser a expressão do autor em sua ‘inteireza’” (idem, p. 79).

Na entrevista, porém, como é o caso de Benigno, o autor, o narrador e o personagem posicionam-se de forma diferente, parecem estar mais próximos, como se a *semelhança* fosse maior entre tais figuras. O que também não impede, em determinados momentos, um certo distanciamento, como quando o autor-narrador pretende explicar o que aconteceu de uma forma que só seria possível no momento da entrevista. Nesse instante, o personagem se esconde durante certo tempo, numa tentativa de evitar o conflito.

Por fim, Kiluanji deixa claro outra de suas pretensões:

“Em todas as sociedades, mesmo as dos tempos remotos, e em todo o espaço de vida dos homens, cada um [tinha] tem o seu papel e o seu lugar. E hoje, mais do que ontem, se torna imperioso e necessário que cada um reconheça o seu lugar e papel, devendo no entanto pugnar energicamente contra aqueles que subjectivamente procuram lançar mau cheiro à história” (Kiluanji, 1990, p. 166).

Evidencia-se aqui a luta, no campo da memória, pela preservação de uma determinada versão dos fatos, que lhe proporciona um diferencial e da qual assume o posto de guardião. A autobiografia permite-lhe transitar pelo passado, absorvido e narrado de forma a legitimar o seu espaço político-social no presente.

Isso explica sua recusa em relegar ao passado o que aconteceu na 1ª Região. Essa experiência constitui um diferencial fundamental para a disputa nos dias de hoje. Afinal, ele é um herói da luta de libertação, na qual obteve vitória, e não da luta contra a UNITA, que até hoje se encontra em um impasse. Tal postura fica clara no seguinte trecho: “Alguém um dia disse que o que vivemos na 1ª guerra de libertação³ eram águas passadas. Eu não concordei e jamais concordarei que se ouse considerá-lo como águas passadas. Não pretendo com isso dar receita para fazer ressuscitar defuntos (...)” (Kiluanji, 1990, p. 108). Sua insatisfação reflete a preocupação em vincar a sua importância como participante dessa batalha. O fato de que tal evento tenha se tornado problemático para outros indivíduos no interior do partido, mesmo que hoje sejam seus aliados, não deve gerar o seu esquecimento.

A declaração mais explícita de que se trata de uma luta pela memória encontra-se em outra passagem:

“E é assim que, aqui e ali, ouvimos hoje versões falsas sobre a verdadeira história da resistência das massas combatentes da ex-1ª Região. Os comportamentos desta natureza não podem, do meu ponto de vista, ficar dissociados da luta de interesses pessoais, que são manifestamente reaccionários, e a condenação dessas pessoas deve ser implacável. Não lhes desejo, no entanto, nem a morte nem a prisão, mas que a justiça seja feita sem paternalismos, sem contemplações ou emoções históricas ou subjectivas” (idem, p. 161-2).

Evidentemente, não se pode deixar de relacionar a postura de preservação da memória com o fato de Kiluanji ter sido Secretário de Estado dos Antigos Combatentes. A sua própria trajetória política no período pós-independência o impulsionou para tal posição.

Se antes foi necessária a contextualização do cenário no qual se deram os fatos narrados pelos dois atores, o mesmo acontece com o momento de realização dos relatos. No caso de Kiluanji, apesar de o texto não apresentar uma referência direta à luta política que se estava travando quando da redação e publicação do livro, esta constitui o pano de fundo da narrativa em diversas ocasiões, como ficou evidente na citação acima. Tal luta possui diversos embates interligados, mas pode ser melhor entendida a partir do processo de mudança de quadros no interior do Partido/Estado (MPLA/Governo), dominante em meados dos anos 80 e iniciado com a reformulação do Comitê Central em 1985.

Essa luta se desdobra ainda na discussão sobre a capacidade dos envolvidos, com os antigos guerrilheiros lembrando sempre a sua vitória sobre o colonialismo português e contrapondo-se aos novos militares, que permaneciam embaraçados com a guerrilha da UNITA. O livro de Kiluanji, apesar de não explicitar tal desdobramento, não pode ser visto como algo inteiramente estranho a esse duelo, muito pelo contrário.

Pode-se destacar ainda o fato do livro de Kiluanji apresentar uma linguagem leninista, quando já se podia verificar um lento afastamento desse discurso por parte do MPLA. Tal afastamento foi concretizado com a entrevista do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ao semanário português *Expresso*, em 1992, mas já era perceptível como uma forte alternativa entre as posturas em discussão desde 1987, no contexto do plano econômico de recuperação do país. O livro marca, dessa forma, uma clara posição nessa disputa em relação à forma de entender o processo de condução do país.

Para o autor, portanto, a 1ª Região é ao mesmo tempo um evento lembrado com dificuldade, dadas as carências porque passou, e com orgulho, pois, apesar dos obstáculos, obteve-se o pretendido. Mas o mais interessante, talvez, seja compreender o seu esforço para que esse momento não seja esquecido, já que lhe proporciona um diferencial dos mais honrosos. Ao mesmo tempo, ele apresenta a sua versão dos fatos, muito condicionada pelos embates políticos do momento em que escreve.

IV – A FALA DE BENIGNO

Morador de Luanda, Benigno partiu para Portugal em fevereiro de 1958 a fim de avançar nos estudos, sendo chamado um ano depois para o serviço militar no exército português. Em 1960 foi enviado para Goa e, no ano seguinte, conseguiu asilo político junto à União Indiana. Após contatos com a direção do MPLA, partiu, em 1962, para o Marrocos e, no ano seguinte, para a Argélia, onde realizou treinamento de guerrilha. É possível, portanto, dada a confluência das datas, que Benigno e Kiluanji tenham se encontrado já nesse estágio na Argélia, embora não exista em seus relatos qualquer referência a tal encontro.

Em fins de 1963, Benigno já estava no Congo. No ano seguinte – uma vez mais sua biografia cruza com a de Kiluanji, sem que ambos façam referência – partiu para Cabinda (2ª Região), já como comissário político. O ano de 1965 foi marcado pelos preparativos do destacamento *Camillo Cienfuegos*. No entanto, partiu para a 1ª Região meses depois, comandando um outro destacamento, o *Cami*. Permaneceu como comissário político da 1ª Região até a sua prisão pela PIDE, em 1972. Já próximo ao 25 de Abril, foi colocado sob liberdade vigiada na cidade do Lobito –

ao sul de Luanda –, de onde saiu meses depois para reencontrar a direção do movimento. Reassumiu o cargo de comissário político, sendo parte dessa função exercida em Cabinda, já no pós-independência. No início dos anos 80, foi nomeado diretor de quadros do Ministério da Defesa e, em 1985, enviado como adido militar para a Embaixada de Angola na URSS. Assim, mais uma vez, as trajetórias dos dois atores se cruzaram, e, mais uma vez, não há qualquer referência. Em 1989 retornou a Luanda e assumiu funções internas no Ministério da Defesa e, em 1995, foi nomeado adido militar em Brasília, cargo que desempenha até hoje.

É bom frisar que a preocupação da entrevista era fazer um acompanhamento da vida do questionado, desde o seu ingresso no movimento até 1979, ano da morte de Agostinho Neto, quando cessa a dissidência aberta e de grande envergadura no interior do MPLA, sendo os momentos de fricção os principais a serem considerados.

Apesar de ser direcionada por algumas questões previamente elaboradas, a entrevista não possuía um caráter rígido, o que acabou por possibilitar a discussão prolongada de temas até então pouco destacados. De fato, alguns assumiram força no decorrer do encontro, tornando-se impossível camuflá-los. Tal foi o caso, por exemplo, das referências à 1ª Região.

Benigno inicia seu relato contando sobre o seu ingresso no MPLA, dada a sua vivência em Luanda e, conseqüentemente, sua proximidade com os elementos que se tornaram dirigentes dessa organização. A narrativa, sempre muito recortada e pausada, passa rapidamente por Portugal e Goa, quando ainda estava a serviço do exército português. O mesmo acontece sobre a passagem pelo Marrocos e o estágio na Argélia. Somente quando sua descrição chega ao Congo sente a necessidade de contextualizar o conflito que o MPLA estava enfrentando. Todavia, não relata os embates que nesse período estavam ocorrendo no interior do próprio movimento, e apenas adiante, instigado a responder, traça um quadro mais substancial desse período de dissidência interna. Tece seus comentários, no entanto, buscando uma postura isenta e desapaixonada.

Benigno persegue esse posicionamento distanciando, reflexivo e ao mesmo tempo apaziguador. Sua fala quanto às dissidências é do tipo “éramos jovens inexperientes e apaixonados, (...) mas todos da mesma família”. O tom é semelhante ao do discurso manifestado pelo partido MPLA⁴ à época das eleições de 1992 – se bem que alguns militantes continuassem a apontar para as traições dos dissidentes. Tal atitude de maior cordialidade política parece estar intimamente ligada às mudanças operadas no ambiente político de Angola, com destaque para a confrontação mais recente, na arena política, entre várias organizações partidárias⁵.

Essa postura assumida por Benigno implica uma saída de cena do personagem e o domínio por parte do narrador que, com distanciamento dos fatos, procura explicá-los buscando os mais variados ângulos de análise do problema. É prová-

vel, ainda, que a própria entrevista facilite esse tipo de intervenção e de posicionamento. O socorro ao personagem tem de ser imediato e a narrativa não pode escapar muito ao direcionamento pretendido pelo autor.

Por exemplo, quando analisa os envolvidos na tentativa de golpe de 27 de maio de 1977 expõe uma compreensão diferente da apresentada por Kiluanji. Para Benigno,

“foi uma aventura exagerada de jovens que deram uma participação muito ativa (...), porque alguns desses jovens eram mesmo válidos, bem formados, mas faltou-lhes uma maturidade de guerra, uma maturidade política, então se deixavam levar um bocado por euforias”.

Ao mesmo tempo, adverte que seria possível, já no pós-independência – portanto, com uma cronologia bem diferente de Kiluanji – perceber que os problemas iriam surgir: “toda a gente corria para mim. ‘Quem é o Nito Alves?’ E eu lá com as minhas cautelas, né, já sabia o que isso havia de dar”. Nesse ponto Benigno dá força a um outro elemento explicativo, complementando a análise concentrada na luta pelo poder. Refere-se ao fato do clima pós-1975 ter mexido com a cabeça de Nito e seus aliados que, certamente, não teriam sabido administrar o novo contexto. Sua preocupação não é demonstrar a capacidade de ter identificado tais indivíduos previamente mas, sim, tentar entender o que ocorreu em 1977 com maiores detalhes.

Segundo Benigno, quase todos os homens com responsabilidade na 1ª Região aderiram ao 27 de maio, à exceção, que ele se lembre, dele próprio e do Kiluanji. E isso estaria ligado ao fato dessa região militar ter ficado isolada da direção durante anos, o que teria criado um sentimento de revolta muito grande, ao mesmo tempo que reforçara a imagem desses homens, junto à população de Luanda, como exemplo de heroísmo. Este tratamento diferenciado teria atuado junto com pressões externas para fortalecer a idéia do golpe. Benigno tece comentários mais minuciosos do que Kiluanji sobre a composição desse grupo, conseqüência, é claro, do objetivo da entrevista. Para ele é necessário distinguir o envolvimento de *Monstro Imortal* – um destacado líder guerrilheiro daquela região militar – dos outros elementos e ligar os dirigentes da 1ª Região envolvidos na tentativa de golpe com alguns indivíduos que haviam feito a clandestinidade em Luanda durante o período colonial. Conforme apontado anteriormente, esse tipo de análise mais sofisticada e menos apaixonada parece estar intimamente ligada às alterações no cenário político angolano nos últimos anos.

No relato de Benigno sobressaem a todo instante as dificuldades enfrentadas pela direção do movimento no campo das relações exteriores, também evocadas quando da narração das carências vividas na 1ª Região. Certamente, as explicações dos impedimentos internacionais devem-se ao fato dele próprio estar ativo na resolução do problema de abastecimento daquela região militar.

A travessia do destacamento por ele comandado – *Cami* – entre o Congo e a 1ª Região ganha grande destaque em sua fala. Os obstáculos foram enormes e de um total de 200 homens apenas 19 concluíram o objetivo e um pequeno número, não estimado por Benigno, conseguiu retornar ao ponto de partida. O grupo teve que enfrentar o período das chuvas, o que acarretou sérias dificuldades para atravessar os rios e combater os homens da FNLA, já em estado de alerta devido à passagem do destacamento anterior – *Camillo Cienfuegos* –, onde estava Kiluanji.

Interessante notar que num determinado momento da entrevista, onde se trata dos acontecimentos da 1ª Região, fez-se uma pequena referência ao livro de Kiluanji, sobre o qual Benigno não teceu qualquer comentário a ser destacado. Se à época da entrevista já pensássemos na realização desse artigo, certamente teríamos insistido para que Benigno abordasse a perspectiva adotada por Kiluanji, o que, por sua vez, iria alterar a forma de análise até aqui adotada.

Em outra passagem da entrevista sobressaem duas das características apontadas no livro de Kiluanji, porém de forma mais sutil. Benigno afirma:

“o Marcelo não pode imaginar o que foi aquela resistência, resistência a todos os níveis, é uma coisa que às vezes eu também não conseguia compreender esse fenômeno. Quando realmente a vontade do povo se determina é um caso sério para se desfazer. É preciso talvez, Marcelo, viver, estar lá, para poder conhecer essa força. Isso em teoria, tudo quanto a gente sabia das outras revoluções, outras guerras de libertação, não sei o que, feitas ali.”

Assim, tanto o heroísmo quanto a exaltação de ter vivido tal momento estão presentes, mas de forma menos incisiva. Não há preocupação em apresentar abertamente qualquer tipo de argumento, do tipo *eu lutei em condições terríveis e devo ser reconhecido por isso*. Essa diferença, porém, também deve ser encarada com certa reserva, pois o alvo principal da entrevista não era a 1ª Região, nem tampouco o entrevistado havia solicitado tal encontro. Já no livro de Kiluanji, o autor pretendia defender de forma organizada e consciente a sua memória da guerrilha, evidentemente com vistas à demarcação de um espaço próprio.

A questão do heroísmo está presente em vários momentos da entrevista, mas sempre num tom mais ameno do que o usado por Kiluanji. Num determinado momento, chega a afirmar que não pretende estabelecer comparações com outras frentes de luta, mas ao mesmo tempo exalta as terríveis condições que esta região militar teve que enfrentar. No final da entrevista, quando a 1ª Região ganha um espaço especial – por uma fala espontânea do entrevistado – o tema do heroísmo e da bravura são retomados. Benigno, então, faz questão de destacar a bravura do povo que apoiou a luta na 1ª Região e que, segundo ele, em muitos casos “preferiu morrer ali, do que voltar a entregar-se ao colonialismo”. É de se destacar a seme-

lhança do relato de ambos quanto ao heroísmo da população e dos guerrilheiros ao enfrentarem a fome e a falta de roupas (Kiluanji, 1990, p. 81). Sem dúvida, tais acontecimentos marcaram de forma intensa a vida desses homens.

No tocante à utilização dos termos leninistas, Benigno não só demonstra certo distanciamento como chega a admitir que na grande maioria dos casos os militantes apenas serviam-se de tal discurso de maneira formal. Trata-se, portanto, de um posicionamento diferenciado do apresentado por Kiluanji. Todavia, tal afirmação deve ser ponderada pelo distanciamento no tempo entre os dois relatos. As alterações ocorridas no cenário político angolano e internacional nos últimos anos podem ter provocado uma mudança substancial no discurso de Kiluanji. Infelizmente, não obtivemos declarações recentes dele que permitissem uma análise de tal possibilidade.

Benigno termina a entrevista descrevendo o episódio da sua captura pela PIDE, em 1972. De acordo com sua análise a prisão envolveu outros aspectos, para além do militar. A PIDE o teria selecionado, entre outros dirigentes, como um alvo a ser priorizado. Contara para isso o fato de ser mestiço, o que agravaria o problema racial no interior do movimento, visto que o governo português fez crer de imediato, através de um amplo trabalho de divulgação, que ele havia se entregado. Dessa forma, saíam fortalecidos os defensores da idéia de que a luta pela independência não podia deixar de ser observada também como uma luta racial. Outro ponto importante era o fato de ser oriundo de Luanda, o que, segundo Benigno, contava para a mobilização do homem do campo, além, é claro, dos relatos envolvendo seu nome ganharem uma dimensão especial na capital.

Para Benigno, ainda hoje existem dúvidas, entre “alguns elementos”, sobre se ele foi realmente capturado ou se entregou para a PIDE. Essa última parece ser a versão aceita por Kiluanji, apesar de em nenhum momento fazer uma acusação de forma direta. Em seu livro, o episódio da prisão de Benigno é precedido de uma longa narrativa de como eram feitos os contatos com as células clandestinas das cidades, situação na qual se deu a prisão de Benigno. Para Kiluanji, que realizou um encontro desse tipo ao lado de Benigno, nessas ocasiões o guerrilheiro tinha que estar pronto para o pior e ter a predisposição “de morrer lá ou regressar vivo. Nunca ser capturado” (idem, p. 96). O recado é muito nítido. Interessante é que a prisão de Benigno é anunciada no livro sem menção ao nome do dirigente que fora detido (idem, p. 107-8). O leitor percebe de quem se trata não só pelas datas e locais apontados, mas também pela descrição anterior. Sua maior crítica é quanto à distribuição de panfletos assinados por Benigno convidando a população a abandonar a luta. Não se preocupa em discutir a possibilidade de coerção ou mesmo falsificação.

No relato de Kiluanji ganha destaque a ação em que os dois estiveram envolvidos, descrita de forma árida e em tom agressivo. O tratamento dado a Benigno é

o de “companheiro”, ao invés de camarada, inclusive com o termo entre aspas. Kiluanji afirma que o encontro com as células transformou-se numa espécie de reunião com familiares do Benigno e que este reagiu de forma desrespeitosa diante dos guerrilheiros quando questionado acerca do acontecido naquele encontro. Para Kiluanji, aquela experiência demonstrou que problemas futuros iriam ocorrer naquele setor da 1ª Região. Mais uma vez, portanto, aponta sua capacidade de prever o que iria acontecer, agora em relação à futura prisão de Benigno. Seus comentários deixam propositadamente no ar a dúvida quanto à forma como teria se dado a detenção.

Benigno, com toda certeza, é um dos nomes eleitos por Kiluanji para ser atingido com a publicação da obra. Para além do destacado, realiza um outro ataque, dessa vez indireto, ao final do livro, quando o nome de Benigno fica ausente da lista daqueles que teriam contribuído para o desenvolvimento da luta na 1ª Região. Chama atenção o fato de Benigno, apesar de duramente atacado no livro de Kiluanji, preferir não responder a tais acusações quando da entrevista, onde o livro chegou a ser mencionado em uma pergunta.

Finalizando os comentários em relação à entrevista de Benigno, tendo já buscado o cotejo com as afirmações feitas por Kiluanji, cabe ressaltar, uma vez mais, que no momento em que tal entrevista foi concedida o cenário político angolano experimentava um novo momento. Ainda que de forma incipiente, buscava-se um ambiente de conciliação, ao mesmo tempo em que ocorria a reordenação dos principais aliados do governo no plano internacional.

V – OS DESTAQUES

Como ficou evidente em muitos dos comentários realizados no decorrer da apresentação dos dois relatos, o jogo político subjacente no momento da construção das exposições tem influência direta na forma como foram encadeados os fatos. Em decorrência disso podemos avançar um pouco mais e afirmar que os testemunhos só assumem completo significado tendo em conta alguns acontecimentos contemporâneos a sua realização. Evidentemente, isso é mais nítido no livro de Kiluanji, pois o autor utiliza-se dele como meio para veicular suas aspirações e suas posições face à nova reordenação do Estado angolano, enquanto Benigno apenas demonstra estar adaptado às novas regras do jogo político.

Seguindo essa trilha, destaca-se, quando da leitura do texto de Kiluanji, a noção de projeto adotada por Gilberto Velho⁶. Entendido enquanto fator de organização de uma conduta visando alcançar determinados fins, o projeto teria sua formulação e implementação ligadas a um determinado espaço que Velho intitula “campo de possibilidades” (Velho, 1994, p. 40). Nessa perspectiva de análise depa-

ramo-nos, no caso da autobiografia em questão, com uma situação de ofuscamento do projeto individual vivido pelo personagem Kiluanji. O autor/narrador assume como único projeto do personagem seguir o projeto de luta e de independência do MPLA, tornando mínimo o seu campo de possibilidades. Ele se mostra incapaz de assumir um projeto específico, individualizado, no interior desse projeto maior, coletivo. Paralelamente, se pode admitir que o autor, ao redigir tal obra, estivesse empenhado em um outro projeto, aí sim individualizado, que diria respeito a sua inserção, de forma diferenciada, na luta política que ocorre em Angola nos anos 90.

Essa subjugação exercida pelo projeto coletivo implica na transformação prévia do personagem Kiluanji, na doação de sua vida à luta comandada pelo MPLA, o que fica claro nas seguintes passagens:

“A nossa participação na luta pela emancipação do povo, pela transformação profunda da sociedade angolana é o único paraíso de onde ninguém nos pode expulsar.(...)”

Foi durante a longa viagem que nos identificamos com os objetivos da classe operária e camponesa, pelas quais havíamos sacrificado a nossa juventude” (Kiluanji, 1990, p. 101, 115).

Nesses trechos, o autor e o narrador pedem licença ao personagem que, certamente, não tinha como fazer um balanço de tal monta e nem em um tom tão reivindicativo, que só ganha sentido no pós-independência. O fato mais importante para o autor é que ele abriu mão de sua juventude, de seu projeto pessoal, tornando-se um herói exatamente por assumir até as últimas conseqüências um projeto coletivo. A presença do autor-narrador também se evidencia quando sugere ações de reconhecimento mais honrosas, por parte do partido, em relação a alguns guerrilheiros que tombaram no campo de batalha, o que demonstra, uma vez mais, a existência de um projeto individualizado por parte do autor.

Em relação à entrevista de Benigno, o simples fato dela não ter sido programada senão pelo entrevistador – o que não é o caso da publicação de um livro – torna difícil a identificação de um projeto. Isso é agravado pelo fato de tratar-se de uma entrevista que, mesmo não possuindo um caráter fechado, foi composta por perguntas previamente elaboradas. Benigno não pretendia fazer de seu relato uma plataforma de luta política, o que não impede de reconhecermos que ele retrata as alterações ocorridas no cenário político angolano. Dessa forma, o que sobressai da fala de Benigno não é a elaboração de um projeto pessoal, mas a tentativa de explicar da forma menos traumática possível o porquê do fracasso daquele projeto coletivo, motivo pelo qual lutou o personagem de Kiluanji.

Além disso, o tema da cultura política pode ser observado nos dois relatos e no confronto entre eles. Não custa repetir que a fala de Benigno está inserida num

contexto mais recente da vida política angolana e, conseqüentemente, reflete uma cultura política específica, fruto das alterações sofridas pelos códigos até então existentes. Dentre essas mudanças, cabe citar o multipartidarismo, as eleições diretas e a convivência entre antigos inimigos armados (Berstein, 1997, p. 372). Ora, tais transformações implicam, necessariamente, a valorização de um discurso conciliador, conforme o efetuado por Benigno. Por outro lado, o livro de Kiluanji, apesar de ter sido redigido anos após o término da guerrilha, mantém as referências utilizadas no tempo da luta de libertação, como se os códigos não tivessem sido alterados. Ao que parece, até aquele momento, realmente continuavam eficazes, não obstante estarem sendo discutidos, ou mesmo utilizados por vezes como uma espécie de “maquiagem”.

O mais interessante, porém, é percebermos que o próprio personagem Kiluanji já demonstrava dificuldade em conviver com elementos oriundos de uma outra cultura política, no caso a luandense. Em um trecho de sua narrativa podemos notar a estranheza causada por esses elementos. O fato ocorre em Luanda, em 1974, quando proliferam as organizações de tipo maoista, stalinista e trotskista, ao lado da FNLA e de alguns grupos majoritariamente brancos apoiados pela UNITA. Tudo isso certamente o assustava: “Durante a minha curta estada (doze horas) em Luanda tive as sensações seguintes: que algumas pessoas tinham a fisionomia diferente da das pessoas que eu estava habituado a ver; que a luta pela construção do socialismo científico em Angola seria dura.” (Kiluanji, 1990, p. 126)

Realmente sua experiência com os luandenses não foi das melhores, segundo seus relatos. Ainda em 1975, comandando um grupo de soldados arregimentados na capital, teve que enfrentar um motim:

“Alguns deles tinham um aspecto de lumpens da cidade e com vestígios de liambeiros (maconheiros). Não tive e não havia outra alternativa senão fazer três tiros para o chão (...) eu tinha me equivocado (...) uns mandavam-me à merda (...), enquanto dois ameaçavam que se insistisse furavam-me o peito com uma rajada” (idem, p. 142).

Kiluanji, entretanto, não é totalmente imune às mudanças políticas ocorridas com o passar dos tempos e deixa transparecer isso em um pequeno trecho. Esses mesmos princípios revolucionários que embasavam o seu ambiente político foram utilizados, agora pelo autor-narrador, para desculpar o personagem de algumas acusações: “Hoje alguns camaradas dizem que a condenação do Miro à morte foi um erro, foi uma medida errada. Se assim foi, então os princípios da luta armada que respondam a isso. Que as circunstâncias da luta em que a Região se encontrava envolvida respondam” (idem, p. 87). Ou seja, já tendo que enfrentar novas referências,

Kiluanji prefere sair de uma confrontação direta e assegurar-se no terreno da contextualização e da cultura política vivida à época.

Para finalizar, destacamos, todavia, que a atenção ao momento da confecção do relato, que propomos nesses últimos parágrafos, não pode acarretar na busca “de uma realidade ‘por trás’ do texto”, como se essa fosse mais importante que o próprio texto (Rosenthal, 1996, p. 194). O mesmo com relação à entrevista, como se o importante fosse a caça ao desencontro do sujeito, a sua surpresa com o que acaba por encontrar quando da narrativa. É justamente a leitura do livro e da entrevista, tendo em conta os fatos apresentados e as condições em que foram produzidos, que enriquece a análise, e não uma atitude unilateral.

NOTAS

1. Como afirma Verena Alberti em sua análise sobre a posição do sujeito na produção de narrativas autobiográficas, o “ancoramento do ‘indivíduo’ não implica uma posição ‘monolítica’ ou ‘linear’”, já que o escritor, na elaboração da narrativa, move-se “entre o que ‘é’ e o que ‘poderia ser’” (Alberti, 1991, p. 66, 76).
2. A concepção de pacto autobiográfico elaborada por Philippe Lejeune foi discutida por Verena Alberti tendo como paralelo a narrativa ficcional.
3. Forma popularizada pelo MPLA de identificar a luta contra o colonialismo português e, ao mesmo tempo, de instaurar uma 2ª guerra de libertação, travada no pós-independência contra a UNITA.
4. Em 1977 o MPLA transformou-se em MPLA-PT (Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido do Trabalho). Em 1991 retornou ao nome original, mas mantém-se como partido e não mais como movimento.
5. Apesar das constantes ameaças, foi mantida nos últimos anos a participação dos diferentes partidos na Assembleia Nacional.
6. O alerta para tal possibilidade está presente no texto de Alberti (1991, p. 78).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. “Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n° 7, 1991, p. 66-81.
- BERSTEIN, Serge. “La culture politique”. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Pour une histoire culturelle*. Paris, Éditions du Seuil, 1997, p. 371-86.
- BUREAU POLÍTICO DO MPLA. *Angola: A tentativa de golpe de Estado de 27 de maio de 77*. Luanda, Edições Avante, 1977.
- KILUANJI. *Trajectória da vida de um guerrilheiro*. Luanda, Editorial Vanguarda / Coleção Resistência, 1990.
- LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-82.
- MAIA, José. *Angola: a revolução na encruzilhada*. Lisboa, Revista Crítica Marxista-Revolucionária, 1979.
- PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos.” *Tempo* / Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1996, v. 1, n. 2, p. 59-72.
- ROSENTHAL, Gabriele. “A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas”. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 193-200.
- SANTOS, José Eduardo dos. Entrevista ao jornal *Expresso*, em 18/07/1992.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.